



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas do IFRR
1º Trimestre/2022**

Boa Vista-RR
29/04/2022

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

REITORIA
Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORIA DE ENSINO
Aline Cavalcante Ferreira

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
Romildo Nicolau Alves

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
Roseli Bernardo Silva dos Santos

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Emanuel Alves de Moura

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Sivaldo Souza Silva

DIRETORES-GERAIS DE CAMPI

CAMPUS AMAJARI
Pierlangela Nascimento da Cunha

CAMPUS BOA VISTA
Joseane de Souza Cortez

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
Isaac Sutil da Silva

CAMPUS NOVO PARAISO
Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

EQUIPE TÉCNICA DE CONTADORES
REITORIA
Geórgia Marcelly Gomes Matias
Luciana Costa Saraiva

CAMPUS AMAJARI
Marcos da Silva e Silva

CAMPUS BOA VISTA
Diana Cris Fernandes Gomes

CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE
Leonardo Pereira Santos

CAMPUS NOVO PARAISO
Marliane Ferreira de Oliveira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Inscrição de Restos a Pagar Não Processados.....	37
Gráfico 2: Execução de RAP Não Processados	38
Gráfico 3: RPNP a Liquidar por Unidade Gestora.....	38
Gráfico 4: Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos por Grupo de Despesa	39
Gráfico 5: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Grupo de Despesa	39
Gráfico 6: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Outras Despesas Correntes.....	39
Gráfico 7: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Investimento.....	40
Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações	25
Quadro 2: Destaques Recebidos por Órgãos Externos.....	36
Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição.....	19
Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo	19
Tabela 3: Estoques - Composição.....	20
Tabela 4: Imobilizado – Composição.....	21
Tabela 5: Bens Móveis - Composição.....	21
Tabela 6: Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	22
Tabela 7: Bens Imóveis - Composição.....	23
Tabela 8: Intangível – Composição.....	24
Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição.....	24
Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante	25
Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar.....	25
Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão.....	26
Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante	26
Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução	27
Tabela 15: Precatórios Curto Prazo.....	27
Tabela 16: Desempenho da Realização da Receita	33
Tabela 17 : Receitas arrecadadas – por origem.....	33
Tabela 18: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita	34
Tabela 19: Despesas executadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa	34
Tabela 20: Outras despesas correntes por elemento de despesa (em R\$).....	35
Tabela 21: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque (em R\$).....	36
Tabela 22 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG	37
Tabela 23 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG e Grupo de Despesa.....	40
Tabela 24: Total de Ingressos (R\$)	42
Tabela 25: Total de Dispendios (R\$)	42
Tabela 26: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa – Atividades.....	46
Tabela 27 – Resumo da DMPL	49

Sumário

Sumário	4
APRESENTAÇÃO.....	6
1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA	7
2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	7
3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	8
3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL	9
3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9
3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS	10
3.5 RESTOS A PAGAR.....	11
4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	11
4.1. MOEDA FUNCIONAL	11
4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	11
4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	11
4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	12
4.5. ESTOQUES	12
4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	12
4.7 INVESTIMENTOS	12
4.8 IMOBILIZADO	13
4.9 INTANGÍVEL	13
4.10 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS	14
4.11 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET E BENS MÓVEIS.....	14
4.12 DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET	15
4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	15
4.14 PROVISÕES.....	15
4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	16

4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO	16
4.16.1 Resultado Patrimonial	16
4.16.2 Resultado Orçamentário	17
4.16.3 Resultado Financeiro	17
5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	18
5.1 BALANÇO PATRIMONIAL	18
5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial	19
5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	28
5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais	29
5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	30
5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário.....	32
5.4 BALANÇO FINANCEIRO	41
5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro	42
5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	44
5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa.....	45
5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO MARÇO/2022	48
5.6.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	49

APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis do Instituto Federal de Roraima visam apresentar a situação da instituição sob a ótica contábil demonstrando por meio das mesmas a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estas situações são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro sendo complementadas pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As informações aqui apresentadas referem-se ao 1º trimestre de 2022 fazendo uma comparação com os resultados trimestre anterior (dezembro/2021) ou em relação ao mesmo período do exercício anterior (março/2021).

A apresentação da situação das organizações públicas se faz necessária com intuito de prestar contas aos seus usuários, sejam eles internos ou externos.

1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

O Instituto Federal de Roraima – IFRR, instituído pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição federal de educação profissional, científica e tecnológica, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Organizada em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. Atualmente a estrutura institucional é composta pela Reitoria, órgão de administração central, situada na cidade de Boa Vista, por 04 (quatro) campi e por 01 Campus Avançado, como segue abaixo:

- Campus Boa Vista e Zona-Oeste, sede no município de Boa Vista;
- Campus Amajari, sede no município de Amajari;
- Novo Paraíso, sede no município de Caracaraí;
- Campus Avançado do Bonfim, sede no município do Bonfim.

O IFRR tem como atividade fim ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Roraima (IFRR) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade: Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011), NBC T 16.6 R1 e 16.7 e 16.11, as NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 01 a 21, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 7ª Ed – vigente para o exercício de 2018) e o Manual SIAFI, que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao IFRR; e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras com base no modelo PCASP. As notas explicativas são referentes às seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

3.1 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFRR faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3.2 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFRR quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias¹, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3.3 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina ajustes de exercícios anteriores. Esses ajustes compõem a linha de resultados acumulados do balanço patrimonial (também composta pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios

¹ Receitas Extraorçamentárias: são todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, consequentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o patrimônio líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de ajustes de exercícios anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3.4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (X) RECURSOS FINANCEIROS

Na contabilidade pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou lei orçamentária anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento” (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

3.5 RESTOS A PAGAR

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>).

Portanto, restos a pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

4 DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Roraima, como também nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo plano de contas aplicado ao setor público - PCASP.

4.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional utilizada é o real. Sendo assim, as demonstrações contábeis do IFRR não apresentam registros em moeda estrangeira.

4.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.3 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos por danos ao patrimônio; (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo; e (iv) ajuste para perda demais créditos e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

4.4 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.5. ESTOQUES

Compreendem os materiais em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

4.6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

4.7 INVESTIMENTOS

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do IFRR, não há essa categoria de investimentos.

4.8 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, que são adotados por este órgão, no entanto apenas uma pequena parcela dos bens móveis foi reavaliada e dos imóveis ainda estão pendentes de reavaliação. Diante disto, podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.9 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

No âmbito do IFRR, a grande maioria dos intangíveis está relacionada a softwares, classificada como de “vida útil indefinida”, e não possui nem marcas, direitos e patentes de vida útil definida ou indefinida, nem software com vida útil definida ou direito de uso de imóvel com prazo determinado ou indeterminado.

Os ativos intangíveis do IFRR, softwares, são mensurados ou avaliados com base nos valores de aquisição ou de registro.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e Redução ao valor recuperável), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, ainda não foram aplicados por este órgão. Diante disto, os bens intangíveis podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

4.10 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

4.11 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS IMÓVEIS NÃO CADASTRADOS NO SPIUNET² E BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No âmbito do IFRR não é realizada a sistemática de depreciação de bens não cadastrado no SPIUnet.

² SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial (edifícios e terrenos).

4.12 DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O IFRR ainda está em processo de lançamentos dos bens imóveis neste sistema.

4.13 PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

As obrigações do Instituto Federal de Roraima são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

4.14 PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. No âmbito do IFRR essas provisões não são realizadas.

4.15 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

4.16 APURAÇÃO DO RESULTADO

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro

4.16.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O

detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4.16.2 Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do IFRR, como os demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

4.16.3 Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRR.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do IFRR, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	13.248.701,36	15.698.072,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.329.227,76	11.639.135,06
Créditos a Curto Prazo	1.616.677,38	832.580,11
Demais Créditos e Valores	1.616.677,38	832.580,11
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.302.796,22	3.226.356,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	131.322.432,46	130.909.096,51
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.607,19	6.607,19
Créditos a Longo Prazo	6.607,19	6.607,19
Demais Créditos e Valores	6.607,19	6.607,19
Investimentos	-	-
Imobilizado	131.187.146,87	130.773.810,92
Bens Móveis	45.953.061,45	45.938.015,92
Bens Móveis	63.290.509,93	62.619.137,13
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-17.336.963,73	-16.680.636,46
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-484,75	-484,75
Bens Imóveis	85.234.085,42	84.835.795,00
Bens Imóveis	86.540.369,56	86.124.976,25
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.306.284,14	-1.289.181,25
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	128.678,40	128.678,40
Softwares	128.678,40	128.678,40
Softwares	128.678,40	128.678,40
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	144.571.133,82	146.607.168,65
PASSIVO CIRCULANTE	28.766.324,38	31.068.176,07
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	6.862.549,95	8.272.017,20
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	608.716,96	855.956,36
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.280,11	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	21.293.777,36	21.940.202,51
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	28.766.324,38	31.068.176,07
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	115.804.809,44	115.538.992,58
Resultado do Exercício	469.565,77	2.561.355,09
Resultados de Exercícios Anteriores	115.538.992,58	112.916.035,71
Ajustes de Exercícios Anteriores	-203.748,91	61.601,78
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	115.804.809,44	115.538.992,58
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	144.571.133,82	146.607.168,65

5.1.1 Notas explicativas sobre as principais contas do Balanço Patrimonial

5.1.1.1 Ativo Circulante

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”. Em 30/03/2022, esse grupo apresentou valores na importância de R\$ 8.329.227,76, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1: Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	30/03/2022	31/12/2021	AV(%)	AH (%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	R\$ 1.661.534,73	R\$ 1.836.177,45	19,95	-9,51
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento	R\$ 6.667.693,03	R\$ 9.802.957,61	80,05	-31,98
Total (Caixa e equivalentes de caixa)	R\$ 8.329.227,76	R\$ 11.639.135,06	100,00	-28,44

Fonte: SIAFI, Balancete 2022 e 2021.

Como se pode observar na Tabela 1, o item mais representativo desse grupo foi a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento”, apresentando um saldo de R\$ 6.667.693,03 correspondendo a 80,05% do total de caixa e equivalente de caixa. Apresentou uma redução de -31,98% em relação ao período 31/12/2021. Considerando que as ordens bancárias só são processadas no 1º dia útil à data de pagamento no sistema, os valores registrados nesta conta correspondem aos pagamentos realizados no dia 30/03/2022, e correspondem em sua maioria à folha de pessoal do IFRR, e que são processados apenas no 1º dia útil do mês subsequente. A somatória das duas contas corresponde à conta Caixa e equivalentes de caixa no Balanço Patrimonial e apresentou uma redução de -28,44 em 30/03/2022.

Nota 02 – Demais Créditos e valores a Curto Prazo

Esse grupo registrou até 30/03/2022 um montante de R\$ 1.616.677,38. A composição desse grupo é demonstrada da seguinte forma:

Tabela 2: Demais Créditos e valores a Curto Prazo

	30/03/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Adiantamento de férias	R\$785.738,87	0,00	48,60	100
Salários e ordenados	R\$172.504,65	R\$ 172.504,65	10,67	0
Adiantamentos concedidos	R\$0,00	R\$ 1.641,60	0,00	-100
Adiantamentos a prestadores de serviços	R\$37.014,95	R\$37.014,95	2,29	0
Adiantamentos a fornecedores	R\$8.094,99	R\$ 8.094,99	0,50	0
Adiantamentos termo de execução descentralizada	R\$613.323,92	R\$ 613.323,92	37,94	0
Total	R\$1.616.677,38	R\$ 832.580,11	100,00	94,18

Fonte: SIAFI, Balancete 2022 e 2021.

No 1º trimestre de 2022 a variação em comparação a dezembro de 2021, conforme demonstra a Tabela 2, foi de 94,18%. A conta “Adiantamentos termo de execução descentralizada” apresenta um registro de R\$ 613.323,92, referente a adiantamento de recursos de créditos de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada para execução de programas e ações no âmbito do IFRR.

Nota 03 – Estoques

Os estoques do Instituto Federal de Roraima são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, na prestação de serviços e na distribuição no curso normal de suas atividades. Em 30/03/2022, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 3.302.796,22 que estão registrados pelo custo médio ponderado. Na Tabela 3, é apresentada a composição dos estoques no 1º trimestre de 2022:

Tabela 3: Estoques - Composição

	30/03/2022	31/12/2021	AH (%)	AV(%)
Almoxarifado	R\$ 2.598.199,32	R\$ 2.521.760,07	3,03	78,67
Outros estoques – consolidação	R\$ 704.596,90	R\$ 704.596,90	0,00	21,33
Total	R\$ 3.302.796,22	R\$3.226.356,97	11,88	100

Fonte: SIAFI, Balancete 2022 e 2021.

O item mais relevante que compõe o Estoque é a conta de Materiais de Consumo, 78,67% do grupo, no 1º trimestre de 2022. Pode-se analisar na Tabela 3, que a conta de Almoxarifado apresentou um aumento de 3,03% em relação a 31/12/2021 apresentando uma variação natural da conta, que registra valores para suprimento das necessidades do IFRR, no que tange ao consumo de insumos no 1º trimestre. A conta Almoxarifado – consolidação é uma conta sintética que é composta atualmente pelas contas estoque para distribuição, material de consumo – estoque interno, material de consumo – estoque para terceiros, estoques para doação/permuta e mercadorias para doação. O saldo da conta Estoques sofreu uma variação de 11,88% em relação a dezembro/2021.

5.1.1.2 Ativo Não Circulante

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar

benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Na Tabela 4, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 1º trimestre de 2022 em comparação ao trimestre anterior.

Tabela 4: Imobilizado – Composição

	30/03/2022 – R\$	31/12/2021 – R\$	AH (%)	AV (%)
Bens Móveis	45.953.061,45	45.938.015,92	0,03	35,03
(+) Valor Bruto Contábil	63.290.509,93	62.618.137,13	1,07	
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-17.336.963,73	-16.680.636,46	3,93	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-484,75	-484,75	0,00	
Bens Imóveis	85.234.085,42	84.835.795,00	0,47	64,97
(+) Valor Bruto Contábil	86.540.369,56	84.124.976,25	2,87	
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.306.284,14	-1.289.181,25	1,33	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	
Total	131.187.146,87	130.773.810,92	0,32	100

Fonte: SIAFI, Balancete 2022 e 2021.

Em 30/03/2022, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 131.187.146,87 relacionados ao imobilizado, o que representa um aumento de 0,32% quando comparado ao período de 31/12/2021. Em relação à conta depreciação/amortização acumulada de bens móveis, percebe-se uma variação positiva de 3,93% em função da depreciação das aquisições de bens e 1,33% em relação à depreciação de bens imóveis. O imobilizado corresponde a 90,74% do ativo total.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRR em 30/03/2022 totalizavam R\$ 63.290.509,93 correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Bens Móveis - Composição

	30/03/2022 – R\$	31/12/2021 – R\$	AH (%)	AV (%)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	19.662.336,28	19.095.995,73	2,97	31,07
Bens de informática	16.706.325,01	16.574.254,21	0,80	26,40
Móveis e utensílios	13.095.850,36	12.990.850,41	0,81	20,69
Material cultural, educacional e de comunicação	4.739.576,27	5.367.552,27	-11,70	7,49
Veículos	7.813.187,47	7.813.187,47	0,00	12,34
Bens em almoxarifado	150.032,56	150.032,56	0,00	0,24
Demais bens móveis	1.123.201,98	627.264,48	79,06	1,77
(=) Valor Bruto Contábil	63.290.509,93	62.619.137,13	1,07	100,00
(-) Depreciação e amortização acumulada	-17.336.963,73	-16.680.636,46	3,93	
(-) Redução ao valor recuperável	-484,75	-484,75	0	
Total	45.953.061,45	45.938.015,92	0,03	

Fonte: SIAFI, Balancete 2022 e 2021.

Dos Bens Móveis registrados no IFRR, 31,07% referem-se a “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, que é o maior subgrupo registrado na entidade referente ao total bruto dos Bens Móveis. Apresentou uma variação positiva de 2,97% referente a aquisições de imobilizado no período. Este subgrupo é composto pelas principais contas a seguir, apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6: Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas

	30/03/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 2.707.667,40	R\$ 2.067.558,58	30,96	13,77
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$ 630.392,68	R\$ 630.392,68	0,00	3,21
Equipamentos/utensílios médicos/odontológico	R\$ 2.548.280,08	R\$ 2.534.790,08	0,53	12,96
Aparelho e equipamentos para esportes	R\$ 1.041.363,92	R\$ 1.041.363,92	0,00	5,30
Equipamento de proteção e segurança	R\$ 733.020,31	R\$ 733.020,31	0,00	3,73
Máquinas e equipamentos industriais	R\$ 500.943,00	R\$ 500.943,00	0,00	2,55
Máquinas e equipamentos energéticos	R\$ 5.754.710,27	R\$ 5.754.710,27	0,00	29,27
Máquinas e equipamentos gráficos	R\$ 43.814,12	R\$ 43.814,12	0,00	0,22
Máquinas, ferramentas e utensílios	R\$ 294.436,00	R\$ 294.436,00	0,00	1,50
Equipamentos, peças e acessórios	R\$ 302.899,96	R\$ 302.899,96	0,00	1,54
Equipamentos de manobras e patrulha	R\$ 290,00	R\$ 290,00	0,00	0,00
Máquinas e utensílios agropecuários	R\$ 1.469.337,63	R\$ 1.469.337,63	0,00	7,47
Equipamentos hidráulicos e elétricos	R\$ 1.280.150,49	R\$ 1.264.442,49	1,24	6,51
Máquinas e equipamentos – construção	R\$ 295.836,00	R\$ 301.089,32	-1,74	1,50
Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos		R\$ 120.707,95	-100,00	0,00
Máquinas, utensílios e equipamento	R\$ 1.963.938,83	R\$ 1.950.918,83	0,67	9,99
Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	R\$ 95.255,59	R\$ 85.280,59	11,70	0,48
Total	R\$ 19.662.336,28	R\$ 19.095.995,73	2,97	100,00

Fonte: SIAFI, Balancete 2022 e 2021.

Ainda em relação aos bens móveis, seu controle é feito pelo Sistema Unificado de Administração Pública SUAP, que necessita de adaptações para atendimento às NBC TSPs, bem como ao novo plano de contas da União. Em decorrência dessa deficiência sistêmica, o Instituto Federal de Roraima visa regularizar tal situação quando da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS). Espera-se que com a futura implantação dessa ferramenta essas inconsistências sejam regularizadas/minimizadas. Diante disso, os bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais de inventário, conciliação, reavaliação e redução a valor recuperável, ainda não estão sendo adotados de forma regular e adequada pelo IFRR. Outra situação que ocorre, é que as transferências entre as unidades precisam ser regularizadas.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRR em 30/03/2022 totalizaram R\$ 86.540.369,56 correspondente ao valor bruto contábil deduzido de sua correspondente amortização, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na Tabela 7.

Tabela 7: Bens Imóveis - Composição

	30/03/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Bens de uso especial	R\$ 34.085.283,04	R\$ 34.085.283,04	0	39,39
Bens imóveis em andamento	R\$ 51.112.173,33	R\$ 50.696.780,02	0,82	59,06
Instalações	R\$ 1.319.133,19	R\$ 1.319.133,19	0,00	1,52
Benfeitorias em propriedade de terceiros	R\$ 23.780,00	R\$ 23.780,00	0	0,03
Valor Bruto Contábil	R\$ 86.540.369,56	R\$ 86.124.976,25	0,48	100,00
Depreciação acumulada - bens imóveis	-R\$ 1.306.284,14	-R\$ 1.289.181,25	1,33	
Total	R\$ 85.234.085,42	R\$ 84.835.795,00	0,47	

Fonte: SIAFI, Balancete 2022 e 2021.

De acordo com a Tabela 7, os “Bens imóveis em andamento” correspondem a 59,06% do valor bruto contábil de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRR, e teve um aumento de 0,82% em relação a 31/12/2021. Importante ressaltar, que a conta “Bens imóveis em andamento” está pendente de conciliação, uma vez que muitos desses bens já foram concluídos/finalizados.

Ainda em relação aos Bens Imóveis, de acordo com a Portaria conjunta da Secretária do Tesouro Nacional e da Secretária de Patrimônio da União de número 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens Imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais. Neste sentido toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU. Ressalta-se ainda que se deva realizar uma avaliação dos bens imóveis em andamento da Instituição para que se possam transferir os saldos desta conta para conta específica, o que neste caso, envolve vários setores e ações a serem realizadas.

Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada

anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Na Tabela 8 é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 8: Intangível – Composição

	30/03/2022	31/12/2021	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 128.678,40	R\$ 128.678,40	0
Total	R\$ 128.678,40	R\$ 128.678,40	

Fonte: SIAFI, Balancete 2022 e 2021;

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil indefinida, que representa 100% do grupo. Em 30/03/2022, o IFRR apresentou um saldo de R\$ 128.678,40 relacionados à intangível não sofrendo variação em relação ao período dezembro/2021. Estes softwares foram adquiridos para atender ao Departamento Técnico de Engenharia da Reitoria do IFRR.

5.1.1.3 Passivo Circulante

Nota 06 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

O item compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo (circulante). No IFRR não há valores registrados em caráter de Longo Prazo.

Em 30/03/2022, o Instituto Federal de Roraima apresentou um saldo em aberto de R\$ 608.716,96 relacionados com fornecedores e contas pagar de obrigações a curto prazo. A seguir, apresenta-se a Tabela 9 segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 9: Fornecedores e contas a pagar - Composição

	30/03/2022	31/12/2021	AH (%)
Circulante			
Nacionais	608.716,96	R\$ 855.956,36	-28,88
Não Circulante			
Nacionais			
Total	608.716,96	R\$ 855.956,36	-28,88

Fonte: Balanço Patrimonial (março/2022)

A composição dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais e teve uma redução de -28,88% em relação ao período 31/12/21. Esta obrigação foi reduzida com os repasses de recursos no início do mês de abril/2022. Na continuação, apresenta-se a Tabela 10 relacionando-se os órgãos (ou as unidades gestoras)

contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/03/2022.

Tabela 10: Fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante

	30/03/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
158152 – Reitoria	81.096,95	262.076,40	13,32	-69,06
158350 – Campus Boa Vista Centro	225.074,92	94.063,79	36,98	139,28
158351 – Campus Novo Paraíso	199.782,44	99.762,06	32,82	100,26
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	77.066,76	306.052,22	12,66	-74,82
158510 – Campus Amajari	25.695,89	94.001,89	4,22	-72,66
Total do Órgão	608.716,96	855.956,36	100,00	-28,88

Fonte: SIAFI/Balancete (março/2022/2021).

Considerando a variação entre o período de março/2022 e dezembro/2021, nas unidades Boa Vista Centro e Novo Paraíso houve o aumento de obrigações em relação ao período anterior, enquanto que nas demais unidades apresentaram redução. O Campus Boa Vista Centro foi o que apresentou maior vulto de fornecedores a pagar o que correspondeu a 36,98% do total do órgão. Na Tabela 11 apresentada a seguir, relaciona-se os 10 fornecedores mais expressivos a pagar do órgão e o saldo em aberto, na data base de 30/03/2022.

Tabela 11: Fornecedores e Contas a Pagar

CNPJ	FORNECEDOR	30/03/2022	AV (%)
34812289000165	PROGRESSUS CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA	85.958,56	16,56
11892959000103	EVOLUCAO ENGENHARIA, CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO LTDA	75.541,02	14,55
25278459000182	SEGURPRO VIGILANCIA PATRIMONIAL S.A.	71.753,26	13,82
07217926000182	M L P COSTA	56.092,42	10,80
158350	INST.FED.RORAIMA - CAMPUS BOA VISTA	55.626,36	10,71
12614427000169	MM SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI	48.325,15	9,31
03746938000143	BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	47.864,82	9,22
84038678000153	IRANEIDE S RODRIGUES	30.622,13	5,90
17278082000133	HAZA CONSTRUCOES DE EDIFICIOS EIRELI	23.744,55	4,57
26833976000139	AGIRA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS LTDA	23.668,37	4,56
TOTAL		519.196,64	100,00

Fonte: SIAFI (março/2022).

A Tabela 11 demonstra os fornecedores mais expressivos da Instituição, e o percentual de cada fornecedor se refere ao total de contas a pagar em 30/03/2022 no valor de R\$ 519.196,64. O fornecedor mais significativo do 1º trimestre em relação aos dez mais expressivos corresponde a 16,56%. A seguir é apresentado o Quadro 1 resumindo as principais transações:

Quadro 1: Fornecedores – Principais Transações

Fornecedor	Objeto	Valor R\$	Data de Referência
34812289000165	Serviços de engenharia de adequação de acessibilidade do CBV	85.958,56	15/03/22
11892959000103	Construção de dois alojamentos no CNP	75.541,02	10/03/22
25278459000182	Serviços de vigilância no CNP e CBVZO	71.753,26	Várias
07217926000182	Aquisição de material de expediente para o CNP	56.092,42	30/03/22
158350	Encargos de cursos e concursos para atender processo seletivo do CBV	55.626,36	30/03/22
12614427000169	Serviços de motoristas da Reitoria e CNP	48.325,15	Várias
03746938000143	Almoxarifado Virtual do CBV	47.864,82	23/03/22
84038678000153	Serviços de limpeza do CNP	30.622,13	21/03/22
17278082000133	Serviços de engenharia no CBVZO	23.744,55	11/01/22
26833976000139	Aquisição de equipamento de TI (tablets) para atender Reitoria	23.668,37	28/03/22

Fonte: SIAFI (março/2022).

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar pendente até 30/03/2022 se refere empresa Progressus Construção e Comércio Ltda, empresa responsável pelos serviços de engenharia de adequação de acessibilidade do CBV.

Nota 07 – Obrigações Contratuais

Em 30/03/2022, o Instituto Federal de Roraima possuía um saldo de R\$ 20.297.595,70 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos. A seguir, apresenta-se a Tabela 12, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12: Obrigações contratuais - Composição Órgão

	30/03/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	527.102,34	42.539,55	2,20	1139,09
Fornecimento de Bens	5.297.779,73	4.800.699,82	22,08	10,35
Seguros	16.745,85	14.617,74	0,07	14,56
Serviços	18.150.288,32	15.439.738,59	75,65	17,56
Total	23.991.916,24	20.297.595,70	100,00	18,20

Fonte: Tesouro Gerencial, março/2022.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal de Roraima, o que corresponde a 75,65% ao final de 30/03/2022. Em relação ao período 31/12/2021, houve um aumento de 18,20% de obrigações contratuais. Os contratos com aluguéis apresentaram um aumento de 1139,09% em relação ao período 31/12/2021, considerando a renovação contratual do prédio da Reitoria, e os contratos de serviços apresentaram um aumento de 17,56%.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 13 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/03/2022.

Tabela 13: Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

	30/03/2022	31/12/2021	AV (%)	AH(%)
158152 – Reitoria	5.346.270,22	5.066.782,22	22,31	5,52
158350 – Campus Boa Vista Centro	9.057.959,21	7.776.696,60	37,79	16,48
158351 – Campus Novo Paraíso	5.658.805,40	5.111.555,48	23,61	10,71
158352 – Campus Boa Vista Zona Oeste	864.394,42	1.049.465,56	3,61	-17,63
158510 – Campus Amajari	3.039.619,60	1.269.882,18	12,68	139,36
Total	23.967.048,85	20.274.382,04	100,00	18,21

Fonte: Tesouro Gerencial março/2022.

As unidades Boa Vista Centro e Novo Paraíso foram responsáveis por 61,40% do total contratado. O Campus Boa Vista teve um crescimento de 16,48% nas contratações em relação a dezembro/2021. Enquanto o órgão apresentou um aumento de 18,1% em relação ao período de 31/12/2021. Na Tabela 14 apresentada a seguir, relaciona-se os 10 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/03/2022. O contrato mais expressivo de serviço ao fim de 30/03/2022 refere-se ao contrato de serviços de gerenciamento logístico (Almoxarifado Virtual) realizado no IFRR, e que corresponde a 20,70% do total dos 10

contratos mais expressivos, seguido do transporte de alunos do Campus Novo Paraíso que corresponde a 14,74%.

Tabela 14: Obrigações Contratuais por Contratado – Em execução

CNPJ/ IG	Empresa Contratada	30/03/2022	AV (%)
03746938000143	BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	2.764.284,59	20,70
34805903000161	AMATUR AMAZONIA TURISMO LTDA	1.969.171,26	14,74
15790280000156	R M P ROMERO	1.917.260,00	14,35
05340639000130	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	1.489.908,84	11,15
02341470000144	RORAIMA ENERGIA S.A	1.105.203,66	8,27
03397088000115	ITAMAR C. DA SILVA	945.844,28	7,08
11892959000103	EVOLUCAO ENGENHARIA, CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO LTDA	912.749,83	6,83
IC18A21BV	APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENCAO PREDIAL	838.648,95	6,28
25278459000182	SEGURPRO VIGILANCIA PATRIMONIAL S.A.	706.787,74	5,29
23156999000168	OWNERGY SOLUCOES E INSTALACOES ECO EFICIENTES LTDA	706.676,13	5,29
		13.356.535,28	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (março/2022).

Mensalmente, o Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria solicita análise da conta de obrigações contratuais de todas as unidades a fim de refletir o que realmente a instituição apresenta como obrigação a terceiros. No entanto, cada unidade tem responsabilidade de atualização sobre seus contratos. Assim, para verificar a vigência ou número do contrato pode-se solicitar à administração de cada campus.

Quanto ao controle dos contratos por inscrição genérica, foi elaborado um manual de procedimentos pelo Departamento de Contabilidade e Finanças visando diferenciar os contratos prestados por uma mesma empresa. Assim, quando da consulta na conta de contratos (aluguel, seguros, serviços e bens) na transação >conrazao no SIAFI, o conta corrente da conta contábil pode estar classificado pelo número do contrato na respectiva unidade gestora. Os contratos que não atualizaram a inscrição genérica apresentam o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) como conta corrente da conta contábil.

5.1.1.4 Passivo Não Circulante

Nota 08 – Precatórios a Curto prazo

As obrigações a longo prazo foram canceladas e transferidas para curto prazo. Assim, esta provisão das obrigações a pagar a curto prazo está registrada na unidade gestora/gestão: 158152/26437 na conta de controle Precatórios a Pagar e foi atualizada conforme Tabela 15 abaixo.

Tabela 15: Precatórios Curto Prazo

Conta Contábil	211110300 - PRECATORIOS DE PESSOAL	218911300 - PRECATORIOS DE TERCEIROS	899910403 - PRECATORIOS A PAGAR - UG DE ORIGEM	899910403 - PRECATORIOS A PAGAR - UG DE ORIGEM
Mês Lançamento/Conta Corrente	MAR/2022	DEZ/2021	MAR/2022	DEZ/2021
090049			R\$ 160.507,84	R\$ 144.352,95
PR1RG2022	R\$ 81.540,35	R\$ 78.967,49		

Fonte: Tesouro Gerencial (março/2022).

5.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	39.002.009,23	31.302.316,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	74.420,00	70.150,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	74.420,00	70.150,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	38.083.284,27	31.184.168,46
Transferências Intragovernamentais	38.073.853,42	31.173.837,25
Transferências Intergovernamentais	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	9.430,85	10.331,21
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	801.733,60	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	10.664,40	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	791.069,20	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	42.571,36	47.997,67
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	42.571,36	47.997,67
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	38.532.443,46	33.752.841,73
Pessoal e Encargos	24.707.717,10	23.479.192,76
Remuneração a Pessoal	19.517.545,08	18.656.427,90
Encargos Patronais	3.872.905,38	3.611.145,49
Benefícios a Pessoal	1.317.266,64	1.168.325,80
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	43.293,57
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.356.380,93	5.075.573,67
Aposentadorias e Reformas	4.790.671,99	4.542.928,23
Pensões	275.462,95	223.226,28
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	290.245,99	309.419,16
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.070.615,87	3.571.482,03
Uso de Material de Consumo	650.355,75	433.091,83
Serviços	2.950.578,87	2.233.830,20
Depreciação, Amortização e Exaustão	469.681,25	904.560,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	23.468,63	-
Juros e Encargos de Mora	23.468,63	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.031.969,11	1.406.607,57
Transferências Intragovernamentais	4.010.051,06	1.396.276,36
Transferências Intergovernamentais	12.487,20	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	9.430,85	10.331,21
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	167.042,95	132.119,08
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Incorporação de Passivos	165.656,57	132.119,08
Desincorporação de Ativos	1.386,38	-
Tributárias	4.915,37	5.147,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.741,86	2.880,52
Contribuições	1.173,51	2.267,10
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	170.333,50	82.719,00
Premiações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	170.333,50	82.719,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	469.565,77	-2.450.525,60

5.2.1 Notas Explicativas Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para O IFRR, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

5.2.1.1 Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial apurado em 30/03/2022 foi superavitário em R\$ **469.565,77** se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ **39.002.009,23**) e Diminutivas (R\$ **38.532.443,46**). As variações aumentativas apresentaram aumento de 24,60%, enquanto as variações diminutivas um aumento de 14,16% em comparação ao mesmo período do exercício de 2021. A despesa com Pessoal e Encargos em março/2022 foi a que mais contribuiu no total das variações patrimoniais diminutivas, correspondendo a 64,12% e apresentando um aumento de 5,23% em relação a dezembro/2021. A seguir apresenta-se a Demonstração das Variações Patrimoniais Resumida.

26437 - INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA				
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA				
	30/03/2022	30/03/2021	AH	AV - 03/22
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	39.002.009,23	31.302.316,13	24,60%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	74.420,00	70.150,00	6,09%	0,19%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-		0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	38.083.284,27	31.184.168,46	22,12%	97,64%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	801.733,60	-		2,06%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	42.571,36	47.997,67	-11,31%	0,11%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	38.532.443,46	33.752.841,73	14,16%	100,00%
Pessoal e Encargos	24.707.717,10	23.479.192,76	5,23%	64,12%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.356.380,93	5.075.573,67	5,53%	13,90%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.070.615,87	3.571.482,03	13,98%	10,56%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	23.468,63	-		0,06%
Transferências e Delegações Concedidas	4.031.969,11	1.406.607,57	186,64%	10,46%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	167.042,95	132.119,08	26,43%	0,43%
Tributárias	4.915,37	5.147,62	-4,51%	0,01%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	170.333,50	82.719,00	105,92%	0,44%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	469.565,77	(2.450.525,60)	-119,16%	

5.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ milhares

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	12.365,00	12.365,00	74.420,00	62.055,00
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	10.170,00	10.170,00	2.400,00	-7.770,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.170,00	10.170,00	2.400,00	-7.770,00
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.195,00	2.195,00	72.020,00	69.825,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.195,00	2.195,00	72.020,00	69.825,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas IFRR
1º Trimestre/2022

Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	12.365,00	12.365,00	74.420,00	62.055,00
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	12.365,00	12.365,00	74.420,00	62.055,00
DEFICIT			56.296.380,02	56.296.380,02
TOTAL	12.365,00	12.365,00	56.370.800,02	56.358.435,02
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	151.062.014,00	151.062.014,00	56.365.800,02	29.581.260,02	22.813.675,84	94.696.213,98
Pessoal e Encargos Sociais	123.437.059,00	123.437.059,00	50.543.035,79	27.641.427,08	21.537.967,25	72.894.023,21
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	27.624.955,00	27.624.955,00	5.822.764,23	1.939.832,94	1.275.708,59	21.802.190,77
DESPESAS DE CAPITAL	3.631.155,00	3.631.155,00	5.000,00	-	-	3.626.155,00
Investimentos	3.631.155,00	3.631.155,00	5.000,00	-	-	3.626.155,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	154.693.169,00	154.693.169,00	56.370.800,02	29.581.260,02	22.813.675,84	98.322.368,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	154.693.169,00	154.693.169,00	56.370.800,02	29.581.260,02	22.813.675,84	98.322.368,98
TOTAL	154.693.169,00	154.693.169,00	56.370.800,02	29.581.260,02	22.813.675,84	98.322.368,98

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.897.349,18	6.355.097,01	3.569.189,09	3.223.980,17	15.287,85	5.013.178,17
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.897.349,18	6.355.097,01	3.569.189,09	3.223.980,17	15.287,85	5.013.178,17
DESPESAS DE CAPITAL	2.825.177,60	6.306.403,90	1.080.401,21	883.500,49	124.377,89	8.123.703,12
Investimentos	2.825.177,60	6.306.403,90	1.080.401,21	883.500,49	124.377,89	8.123.703,12
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.722.526,78	12.661.500,91	4.649.590,30	4.107.480,66	139.665,74	13.136.881,29

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.123,96	9.890.247,29	9.890.247,29	-	8.123,96
Pessoal e Encargos Sociais	373,43	8.950.082,74	8.950.082,74	-	373,43
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.750,53	940.164,55	940.164,55	-	7.750,53
DESPESAS DE CAPITAL	-	680.610,85	677.910,85	-	2.700,00
Investimentos	-	680.610,85	677.910,85	-	2.700,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	8.123,96	10.570.858,14	10.568.158,14	-	10.823,96

5.3.1 Notas Explicativas sobre as principais contas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil destinado a confrontar as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA com as efetivamente realizadas. A partir da comparação entre o previsto e o realizado é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. Vale destacar, que o efetivo desempenho do orçamento comparando as receitas e despesas realizadas é feito sob o enfoque orçamentário, ou seja, receitas arrecadadas em confronto com as despesas empenhadas. A seguir são apresentados os itens mais relevantes do Balanço Orçamentário referente ao 1º trimestre de 2022.

5.3.1.1 Receitas Orçamentárias

No 1º trimestre de 2022 as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 74.420,00 enquanto as despesas empenhadas perfizeram um total de R\$ 56.370.800,02, que gerou um resultado orçamentário deficitário de R\$ 56.296.380,02.

A justificativa para esta desproporcionalidade é que as receitas realizadas se referem somente as receitas próprias arrecadadas pelo órgão, onde não são computadas as transferências financeiras recebidas do MEC e das descentralizações de créditos recebidas de outras unidades orçamentárias.

No entanto, apesar do déficit orçamentário, podemos observar o desempenho da realização da receita, conforme demonstrado na Tabela 16 a seguir.

Tabela 16: Desempenho da Realização da Receita

Categoria Econômica da Receita	Previsão atualizada	Realização da receita	Saldo
Receitas Correntes	R\$ 12.365,00	R\$ 74.420,00	R\$ 62.055,00
Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total da Arrecadação da Receita	-	R\$ 74.420,00	R\$ 62.055,00

Fonte: SIAFI WEB 2022

Pode-se observar que houve um excesso de arrecadação de receitas correntes, pois o total arrecadado nesta categoria foi superior à previsão atualizada, obtendo assim um saldo R\$ 62.055,00.

Para entender melhor como as despesas da instituição são pagas, as informações presentes no Balanço Orçamentário devem ser analisadas em conjunto com as do Balanço Financeiro e das Demonstrações de Fluxos de Caixas, os quais demonstram os recursos financeiros disponíveis de R\$ 74.420,00 (receitas orçamentárias arrecadadas) mais as Transferências Financeiras Recebidas de R\$ 38.073.853,42 (contrapartida dos créditos orçamentários recebidos e dos restos a pagar inscritos), que perfizeram um total de R\$ 38.148.273,42, para atender às despesas com custeio e de investimentos executadas até o 1º trimestre.

A Tabela 17 apresenta a classificação das receitas pela origem, que visa identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

Tabela 17 : Receitas arrecadadas – por origem

Receitas Correntes	Previsão atualizada	Realização da receita	(%) Composição
Receita Patrimonial	R\$ 10.170,00	R\$ 2.400,00	10,55
Receita de Serviços	R\$ 2.195,00	R\$ 72.020,00	3281,09
Total de Receitas Correntes	R\$ 12.365,00	R\$ 74.420,00	100,00

Receitas de Capital	Previsão atualizada	Realização da receita	(%) Composição
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Total de Receitas (corrente + capital)	R\$ 12.365,00	R\$ 74.420,00	-

Fonte: SIAFI WEB 2022

Observa-se que a coluna da composição apresenta o percentual do valor arrecadado por origem da receita em relação à arrecadação total no 1º trimestre. A realização de receita de

serviço representou a maior parte da arrecadação das receitas correntes, 3281,09% do total arrecadado, tendo em vista a receita realizada com taxa de inscrições de vestibular.

A Tabela 18 demonstra a composição pela natureza da receita que tem a finalidade de identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador.

Tabela 18: Receitas arrecadadas - Natureza da Receita

Natureza da receita	Previsão atualizada	Realização da Receita	% Composição
Receita patrimonial			
Alugueis e arrendamentos	R\$ 10.170,00	R\$ 2.400,00	3,22
Receitas de serviços			
Serviços administrativos e comerciais gerais	R\$ 2.195,00	R\$ 650,00	0,87
Inscr. em Concursos e Proc. Seletivos – Principal	-	R\$ 71.370,00	95,90
Receita de capital			
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional -MERC.INT.-PRINC.	-	-	-
Total das Receitas	R\$ 12.365,00	R\$ 74.420,00	100

Fonte: Tesouro Gerencial

A coluna do percentual de composição refere-se ao valor arrecadado por natureza em relação ao total da receita realizada. As receitas provenientes das inscrições de processos seletivos atingiram 95,90% referente ao total de receitas realizadas.

5.3.1.2 Despesas Orçamentárias

As despesas públicas são gastos realizados pelo órgão público para o funcionamento e manutenção do serviço prestado à sociedade. Assim como as receitas públicas as despesas são classificadas de acordo com a natureza econômica: correntes e de capital.

As despesas correntes da Instituição são dispêndios, que visam atender a manutenção do serviço de educação básica e ensino profissional prestado para a sociedade. No primeiro trimestre, passou a corresponder 97,65% do total fixado no orçamento.

As despesas de capital foram fixadas em R\$ 3.631.155,00, que representa 2,35%, do total da dotação atualizada no orçamento. Esta categoria de despesa visa atender gastos com aquisição de equipamentos, materiais permanentes, imóveis, obras e outros.

Conforme apresentado no quadro de despesa do Balanço Orçamentário os gastos que compõem as despesas correntes são: despesas com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes.

A Tabela 19 apresenta a execução das despesas correntes por grupo de natureza de despesa.

Tabela 19: Despesas executadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa

Categoria econômica	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	% Execução
Despesas correntes	R\$ 151.062.014,00	R\$ 56.365.800,02	37,31
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 123.437.059,00	R\$ 50.543.035,79	40,95

Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	R\$ 27.624.955,00	R\$ 5.822.764,23	21,08
Despesas de capital	R\$ 332.049,00	R\$ 56.668,76	17,01
Investimentos	R\$ 3.631.155,00	R\$ 5.000,00	0,1377
Total das despesas	R\$ 154.693.169,00	R\$ 56.370.800,02	36,44

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

A coluna de percentual indica o total das despesas empenhadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa em relação à dotação atualizada, no primeiro trimestre já foram empenhadas 36,44% do total previsto no orçamento para o exercício.

As despesas com pessoal e encargos sociais é o grupo com o maior índice de realização do orçamento, com 40,95% executado em relação à dotação atualizada.

Pode-se observar no balanço orçamentário que, no primeiro trimestre, a dotação atualizada fixada, para atender o grupo outras despesas correntes, foi de R\$ 27.624.955,00, deste total já foram empenhados R\$ 5.822.764,23, o que corresponde a um percentual de 21,08% desta dotação destinada para atender despesas com aquisição de material de consumo, serviços realizados por pessoas físicas e jurídicas, diárias, auxílios e outras despesas, conforme execução demonstrada por elemento de despesa na Tabela 20.

Tabela 20: Outras despesas correntes por elemento de despesa (em R\$)

Elemento Despesa	Despesas Empenhadas	AV
AUXILIO-ALIMENTACAO	1.650.353,92	28,34%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.273.276,51	21,87%
AUXILIO-TRANSPORTE	712.414,80	12,23%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	688.726,84	11,83%
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	336.691,53	5,78%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	320.750,00	5,51%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	209.925,10	3,61%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	166.377,57	2,86%
MATERIAL DE CONSUMO	138.038,51	2,37%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	128.707,99	2,21%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	72.275,50	1,24%
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	67.749,48	1,16%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	19.279,76	0,33%
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	17.928,00	0,31%
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	16.100,00	0,28%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.848,72	0,07%
MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	320,00	0,01%
Total	5.822.764,23	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

As despesas com auxílio alimentação, locação de mão-de-obra e auxílio transporte foram executadas, respectivamente, nos valores de R\$ R\$ 1.650.353,992, R\$ 1.273.276,51 e R\$ 712.414,80, que representaram o maior volume de gasto com custeios do órgão, representando assim 62,45% do total empenhado deste grupo.

A seguir é apresentada a Tabela 21 referente à movimentação orçamentária.

Tabela 21: Movimentação orçamentária – Provisão e Destaque (em R\$)

Categoria econômica	Dotação atualizada (a)	Descentralizações recebidas Provisões + Destaque (b)	Descentralizações Concedidas Provisões + Destaque (c)	Total de despesas empenhadas (d)	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a+b-c-d-e)	% Execução
Despesas correntes	151.062.014,00	2.324.819,30	2.035.445,30	56.543.035,79	158.273,00	94.827.314,98	37,43
Despesas de capital	3.631.155,00	124.070,15	124.070,15	5.000,00	-	3.626.155,00	0,1377
Total das despesas	154.693.169,00	2.448.889,45	2.159.515,45	56.370.800,02	158.273,00	98.453.469,98	36,44

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

A coluna execução apresenta o percentual empenhado por categoria econômica em relação à dotação atualizada somada aos destaques recebidos. A Tabela 21 demonstra a composição do crédito disponível do órgão, que é a soma da dotação atualizada mais as descentralizações recebidas (provisões e destaques) menos as descentralizações concedidas (provisões e destaques), o total de despesas empenhadas e o crédito bloqueado.

A conta descentralizações recebidas é composta pela soma das provisões (movimentação interna de créditos) mais destaques recebidos (movimentação de créditos de outros órgãos), e no primeiro trimestre foram de R\$ 2.448.889,45.

As provisões de créditos recebidas do MEC em relação à dotação atualizada fixada no orçamento do órgão para atender despesas com custeio e investimentos, no primeiro trimestre foram de R\$ 2.159.515,45.

Já os destaques de créditos recebidos, no primeiro trimestre de outros órgãos chegaram a um total de R\$ 289.374,00. Estes créditos foram descentralizados para o IFRR, conforme segue no Quadro 2.

Quadro 2: Destaques Recebidos por Órgãos Externos

Órgãos Concedentes	Objeto da Despesa	Tipo de Gasto	Valor do Destaque
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	Custeio	R\$ 289.374,00
Total			R\$ 289.374,00

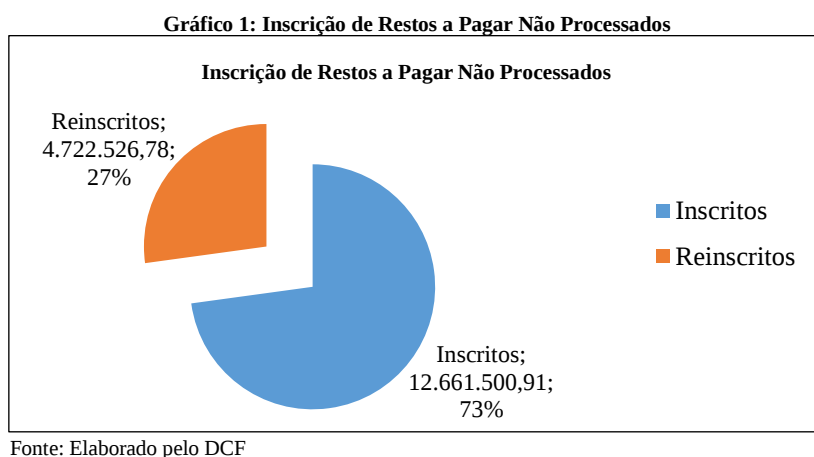
Fonte: SIAFI Operacional (setembro2021).

5.3.1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar Não Processados - RPNP, conforme artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, as despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior; ao passo que os Restos a Pagar Processados - RPP, dizem respeito

às despesas que foram empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior, porém, pendentes de pagamento.

No encerramento do exercício de 2020 foram inscritos e reinscritos em RPNP o valor de R\$ 15.980.737,68 enquanto em 2021 o valor de R\$ 17.384.027,69 o que corresponde a um aumento de 8,78%. No Gráfico 1 é apresentada a Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados referente a 2021.



Do valor total, 73% correspondem ao exercício de 2021, enquanto 27% a exercícios anteriores. A execução dos Restos a Pagar não Processados a Liquidar no 1º Trimestre se deu conforme Tabela 22 abaixo.

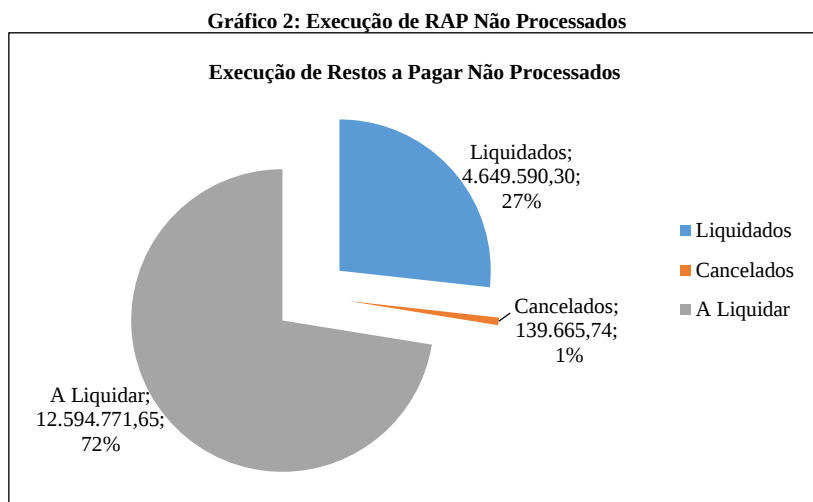
Tabela 22 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados por UG

Unidade Gestora	Inscritos	Reinscritos	Liquidados	Cancelados	A Liquidar	Pagos	A Pagar
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(F)
158152	2.880.143,42	469.462,74	593.953,94	127.427,13	2.628.225,09	541.443,44	2.680.735,59
158350	3.943.839,70	350.246,32	2.024.823,20	2.829,62	2.266.433,20	1.860.323,66	2.430.932,74
158351	2.850.559,96	1.929.687,03	1.120.715,62	0	3.659.531,37	901.269,37	3.878.977,62
158352	1.694.008,50	1.181.588,37	509.121,42	9.408,99	2.357.066,46	434.373,85	2.431.814,03
158510	1.292.949,33	791.542,32	400.976,12	0	1.683.515,53	370.070,34	1.714.421,31
TOTAL	12.661.500,91	4.722.526,78	4.649.590,30	139.665,74	12.594.771,65	4.107.480,66	13.136.881,29
2021	17.384.027,69	%	26,75%	0,80%	72,45%	23,63%	75,57%
2020	13.099.026,84	2.881.710,84					

Fonte: Tesouro Gerencial (março/2022).

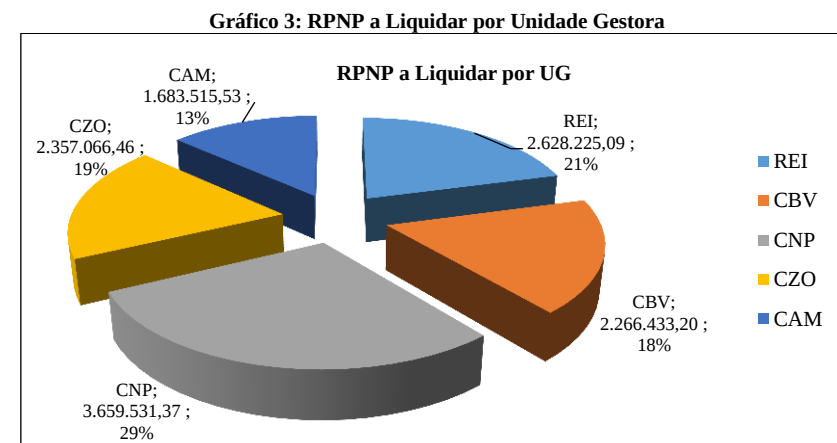
Houve uma redução de -3,34% de Restos a Pagar Inscritos do Exercício 2021 em relação ao exercício 2020, no entanto, um aumento de 63,88% em Restos a pagar reinscritos referente aos exercícios anteriores, principalmente os empenhos do exercício 2020 que tem validade até 30/06/2022. Do total inscrito e reinscrito foi pago até março/2022 o percentual de 23,63%, restando um saldo pagar de 75,57%.

A execução dos Restos a Pagar Não Processados do 1º trimestre de 2022 pode ser ilustrada pelo Gráfico 2 que demonstra os percentuais liquidados, cancelados e a liquidar.



Fonte: Elaborado pelo DCF

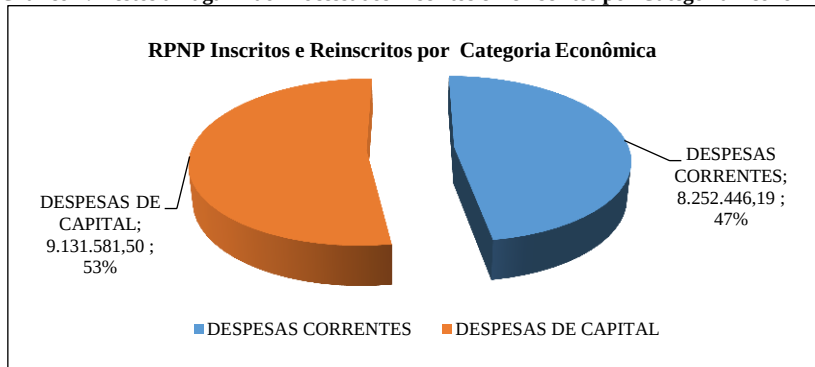
Quanto à execução orçamentária dos Restos a Pagar pode-se observar no Gráfico 2 que desse total até 30/03/2022 houve a liquidação de 27%, o cancelamento de 1% e saldo a liquidar de 72%. A análise dos empenhos de RPNP referente aos exercícios anteriores é realizada pelos demandantes para que possam ser liquidados ou cancelados. Assim, percebe-se uma redução natural em relação ao trimestre.



Fonte: Elaborado pelo DCF

Conclui-se pelo Gráfico 3 que a Unidade Gestora Campus Novo Paraíso - CNP é a unidade que apresenta maior saldo a liquidar o que corresponde a 29%, seguida das unidades Reitoria - REI 21%, e Campus Zona Oeste - CZO que corresponde a 19%. No Gráfico 4 os Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2021 é apresentado por grupo de despesa.

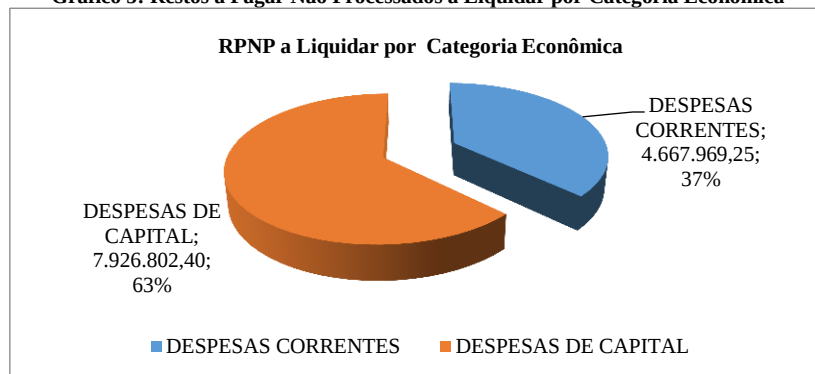
Gráfico 4: Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos por Categoria Econômica



Fonte: Elaborado pelo DCF

Do total inscrito e reinscrito em Restos a Pagar Não Processados 47% corresponde a despesas correntes, enquanto 53% correspondem a despesas de capital. No Gráfico 5 os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar é apresentado por grupo de despesa de gasto com saldo em 30/03/2022.

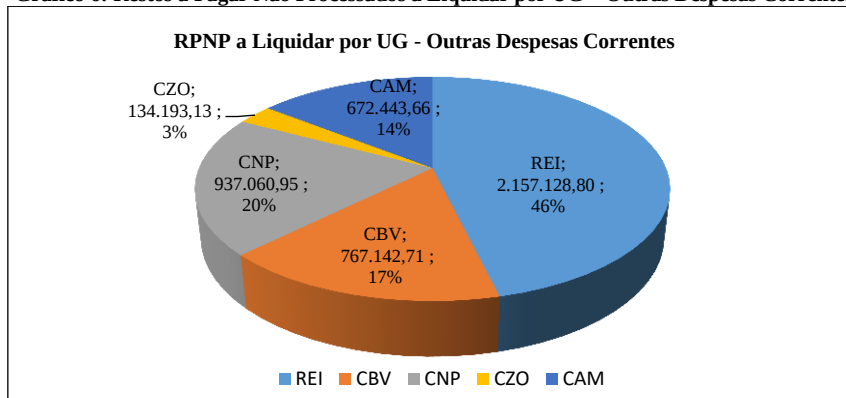
Gráfico 5: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Categoria Econômica



Fonte: Elaborado pelo DCF

Do total de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, 37% correspondem a despesas correntes, enquanto 63% correspondem à despesa de capital. O Gráfico 6 apresenta os percentuais e restos a pagar não processados a liquidar por unidade gestora referentes as despesas correntes.

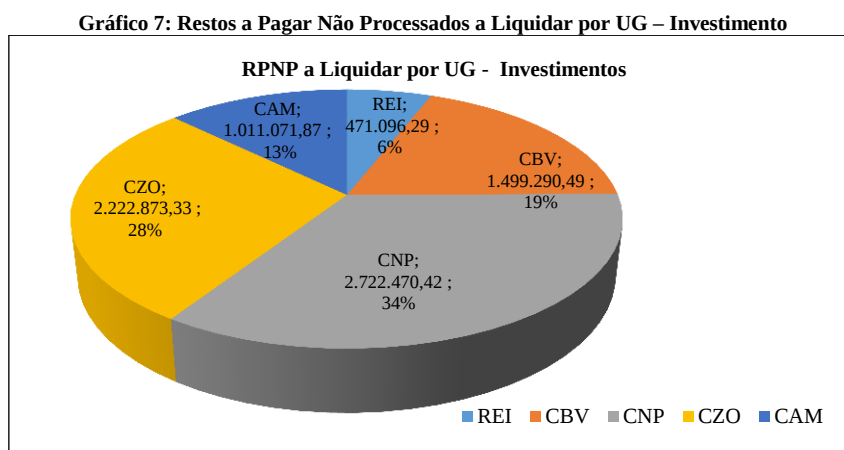
Gráfico 6: Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG – Outras Despesas Correntes



Fonte: Elaborado pelo DCF

Considerando o grupo de despesa outras despesas correntes, a unidade que apresentou maior percentual a liquidar foi a Reitoria (158152), com 46%.

Em seguida, apresenta-se o Gráfico 7 evidenciando as despesas de investimento por unidade gestora.



A unidade Campus Novo Paraíso (158351) é a que apresenta maior percentual de investimento de restos a pagar não processados a liquidar, o que corresponde a 34%. Tal situação é explicável tendo em vista a pandemia do corona vírus em 2020 e 2021 que fez com que as unidades parassem suas atividades de investimentos no que diz respeito a obras.

Na Tabela 23 é apresentado um resumo por Unidade Gestora e Grupo de Despesa, evidenciando o quanto ainda falta liquidar por Grupo de Despesa.

Tabela 23 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por UG e Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	158152	158350	158351	158352	158510	TOTAL
CORRENTES R\$	2.157.128,80	767.142,71	937.060,95	134.193,13	672.443,66	4.667.969,25
INVESTIMENTO R\$	471.096,29	1.499.290,49	2.722.470,42	2.222.873,33	1.011.071,87	7.926.802,40
TOTAL R\$	2.786.377,09	2.424.783,20	3.817.882,37	2.515.418,46	1.842.025,53	12.594.771,65
CORRENTES %	77,42	31,64	24,54	5,33	36,51	37,06
INVESTIMENTO %	16,91	61,83	71,31	88,37	54,89	62,94

Fonte: Tesouro Gerencial (março/2022).

5.4 BALANÇO FINANCEIRO

R\$ milhares

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	74.420,00	70.150,00
Ordinárias	-	-
Vinculadas	74.570,00	70.150,00
Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	74.570,00	70.150,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-150,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	38.073.853,42	31.173.837,25
Resultantes da Execução Orçamentária	29.552.519,85	27.330.370,93
Repasse Recebido	29.452.421,04	27.278.227,52
Sub-repasse Recebido	100.098,81	52.143,41
Independentes da Execução Orçamentária	8.521.333,57	3.843.466,32
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	8.106.392,12	3.555.823,24
Movimentação de Saldos Patrimoniais	414.941,45	287.643,08
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	33.620.330,93	20.474.573,32
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	6.767.584,18	6.385.980,52
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	26.789.540,00	14.014.873,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	20.380,17	25.722,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários	42.826,58	47.997,67
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	255,22	-
Arrecadação de Outra Unidade	42.571,36	47.997,67
Saldo do Exercício Anterior	11.639.135,06	9.721.416,01
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.639.135,06	9.721.416,01
TOTAL	83.407.739,41	61.439.976,58
DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Despesas Orçamentárias	56.370.800,02	41.396.588,91
Ordinárias	47.388.263,35	35.488.426,95
Vinculadas	8.982.536,67	5.908.161,96
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	5.908.161,96
Previdência Social (RPPS)	8.982.536,67	-
Transferências Financeiras Concedidas	4.010.051,06	1.396.276,36
Resultantes da Execução Orçamentária	100.098,81	52.143,41
Sub-repasse Concedido	100.098,81	52.143,41
Independentes da Execução Orçamentária	3.909.952,25	1.344.132,95
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	3.867.380,89	1.296.135,28
Movimento de Saldos Patrimoniais	42.571,36	47.997,67
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	14.697.660,57	9.879.900,18
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	10.568.158,14	8.010.279,24
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.107.480,66	1.843.367,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	20.380,17	25.616,60
Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.641,60	637,04
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	1.641,60	-
Demais Pagamentos	-	637,04
Saldo para o Exercício Seguinte	8.329.227,76	8.767.211,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.329.227,76	8.767.211,13
TOTAL	83.407.739,41	61.439.976,58

5.4.1 Notas Explicativas sobre o Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Analisando de maneira detalhada os itens do Balanço Financeiro, é apresentado abaixo as Tabelas 24 e 25 com o comparativo dos ingressos e dispêndios do 1º Trimestre 2022 em relação ao 1º Trimestre 2021:

Tabela 24: Total de Ingressos (R\$)

INGRESSOS	31/03/2022	31/03/2021	AV (%)	AH (%)
Receitas Orçamentárias	74.420,00	70.150,00	0,09	6,09
Transferências Financeiras Recebidas	38.073.853,42	31.173.837,25	45,65	22,13
Recebimentos Extraorçamentários	33.620.330,93	20.474.573,32	40,31	64,21
Saldo do Exer. Anterior—Caixa e Equivalente de Caixa	11.639.135,06	9.721.416,01	13,95	19,73
Total	83.407.739,41	61.439.976,58	100,00	35,75

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

As Receitas Orçamentárias correspondem apenas 0,09% do total dos ingressos e teve uma variação de 6,09% em relação ao período anterior. Neste grupo encontram-se as arrecadações realizadas pelo próprio órgão como receitas com aluguel, taxas de serviços educacionais, serviços administrativos e taxas de inscrições de vestibular.

As Transferências Recebidas correspondem a 45,65% dos ingressos do período e em sua maioria são os repasses financeiros realizados pelo Ministério da Educação. Em relação ao período anterior teve uma variação positiva de 22,13%.

Como pode ser observado os Recebimentos Extraorçamentários tiveram um aumento de 64,21% em relação ao mesmo, devido ao aumento do volume de despesas de exercícios anteriores inscritas em restos a pagar.

O Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa teve um aumento de 19,73% em relação ao exercício anterior. A maior parte deste valor refere-se à folha de pagamento que somente é processada no 1º dia útil do mês seguinte.

No 1º trimestre de 2022 pode-se observar que houve um aumento no total de dispêndios de 35,75% em relação a 2021. Na Tabela 25 apresenta-se o detalhamento dos dispêndios.

Tabela 25: Total de Dispêndios (R\$)

DISPÊNDIOS	31/03/2022	31/03/2021	AV (%)	AH (%)
Despesas Orçamentárias	R\$ 56.370.800,02	R\$ 41.396.588,91	67,58%	36,17%
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 4.010.051,06	R\$ 1.396.276,36	4,81%	187,20%
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 14.697.660,57	R\$ 9.879.900,18	17,62%	48,76%
Saldo p/ o Exer. Seguinte—Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 8.329.227,76	R\$ 8.767.211,13	9,99%	-5,00%
Total	R\$ 83.407.739,41	R\$ 61.439.976,58	100,00%	35,75%

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

As despesas pagas, que compõem 67,58% do total das saídas de recursos, tiveram aumento de 36,17% em relação ao mesmo período. Já as transferências financeiras concedidas

apresentaram um aumento considerável de 187,20%, em virtude dos repasses liberados para atender despesas inscritas em restos a pagar, provenientes de recursos primários de livre aplicação, descentralizados, de emendas parlamentares e recursos próprios, visando atender despesas com custeio e investimentos realizados pelo órgão em exercícios anteriores. Os pagamentos extraorçamentários tiveram um aumento de 48,76% e o saldo e equivalente de caixa uma redução de -5,00%.

Com base nas informações presentes nas Tabelas 24 e 25 pode-se observar que o IFRR apresentou um resultado financeiro negativo de -R\$ 3.309.907,30 que corresponde à diferença do saldo da conta Caixa e equivalente de caixa para o exercício seguinte e o saldo da conta Caixa e equivalente de caixa do exercício anterior.

A variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois decorre da redução no endividamento, referente ao pagamento das despesas orçamentárias e extraorçamentárias.

Para melhor simplificar este entendimento segue abaixo, no quadro 3, o demonstrativo do saldo total de pagamentos realizados com as receitas arrecadadas e transferências recebidas do MEC e de outros órgãos neste 1º trimestre:

Quadro 3: Recebimentos e Pagamentos – Orçamentários e Extraorçamentários – R\$

Ingressos	
Receitas Orçamentárias	74.420,00
Transferências Financeiras Recebidas	38.073.853,42
Total	38.148.273,42
Dispêndios	
Despesas Orçamentárias Pagas	22.750.469,09
Transferências Financeiras Concedidas	4.010.051,06
Pagamentos Extraorçamentários	14.697.660,57
Total	41.458.180,72
Resultado Financeiro – após realização dos pagamentos	
(+) Ingressos	38.148.273,42
(-) Dispêndios	41.458.180,72
(=) Saldo de Despesas a pagar	-3.309.907,30

Fonte Balanço Financeiro – SIAFI Tesouro - 1º trimestre 2022

O resultado financeiro negativo, nesta perspectiva, demonstra que ficaram pendentes de pagamentos e transferências financeiras apenas 7,98% do total de despesas orçamentárias e extraorçamentárias registradas neste período. Em suma, o percentual de ingressos de recursos, para atender estas despesas, foi de 92,02%, no primeiro trimestre. Considera-se um desempenho positivo para órgão no que se refere ao volume de pagamentos realizados para atender despesas com folha de pessoal, encargos, custeios, investimentos e transferências financeiras para os Campi.

5.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	R\$ milhares	
	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.748.495,96	-545.396,24
INGRESSOS	38.211.480,17	31.317.706,92
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	2.400,00	3.280,00
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	72.020,00	66.870,00
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	38.137.060,17	31.247.556,92
Ingressos Extraorçamentários	20.380,17	25.722,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	255,22	-
Transferências Financeiras Recebidas	38.073.853,42	31.173.837,25
Arrecadação de Outra Unidade	42.571,36	47.997,67
DESEMBOLSOS	-39.959.976,13	-31.863.103,16
Pessoal e Demais Despesas	-32.105.384,16	-26.882.540,73
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-4.925.791,51	-4.359.765,78
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-27.173.151,05	-22.520.721,47
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-4.800,00	-2.053,48
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-1.641,60	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-

Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-3.824.160,74	-3.558.032,43
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-3.811.673,54	-3.558.032,43
Outras Transferências Concedidas	-12.487,20	-
Outros Desembolsos Operacionais	-4.030.431,23	-1.422.530,00
Dispêndios Extraorçamentários	-20.380,17	-25.616,60
Transferências Financeiras Concedidas	-4.010.051,06	-1.396.276,36
Demais Pagamentos	-	-637,04
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.561.411,34	-408.808,64
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.561.411,34	-408.808,64
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.437.271,16	-356.480,63
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-124.140,18	-52.328,01
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.309.907,30	-954.204,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	11.639.135,06	9.721.416,01
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.329.227,76	8.767.211,13

5.5.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa

As informações extraídas dos fluxos de caixa permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos em caixa foram utilizados.

A demonstração de fluxo de caixa é classificada por atividades operacionais, de investimento e de financiamento da instituição. Pode-se observar que 99,64% do total dos ingressos de recurso financeiro para financiar tanto as atividades operacionais quanto de investimentos do IFRR são decorrentes de transferências financeiras recebidas do Ministério da Educação e de outros órgãos que realizam parcerias com a instituição.

No final do 1º trimestre de 2022 o valor total de ingressos das atividades operacionais foi de R\$ 38.211.480,17, que é composto pela soma das receitas realizadas, dos ingressos

extraorçamentários, do cancelamento de obrigações do exercício anterior, das transferências financeiras recebidas e da arrecadação de outra unidade.

Vale ressaltar que o IFRR, por se tratar de uma autarquia federal, tem as suas atividades, tanto as operacionais quanto as de investimentos, financiadas, em sua maior parte, com os recursos financeiros repassados pelo Ministério da Educação. A arrecadação de receita própria corresponde apenas 0,09% do total de recursos financeiros que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da Instituição.

O método direto é o padrão utilizado para a elaboração da demonstração do fluxo de caixa, conforme a orientação da NBC TSP 12 e do MPCAS (manual de contabilidade aplicada ao setor público). Este método demonstra as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos.

Apresenta-se a seguir a Tabela 26, que faz uma análise horizontal, entre o 1º trimestre de 2022 e 2021, referente aos fluxos de caixa de cada atividade, geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, caixa e equivalentes de caixa inicial e caixa e equivalentes de caixa final.

Tabela 26: Geração Líquida de caixa e equivalente de caixa – Atividades

ATIVIDADES	2022	2021	AH(%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.748.495,96	-545.396,24	220,59
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.561.411,34	-408.808,64	281,94
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.309.907,30	-954.204,88	246,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	11.639.135,06	9.721.416,01	19,73
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.329.227,76	8.767.211,13	-5,00

Fonte: SIAFI Web, 2022 e 2021.

Considerando o princípio da unidade de caixa (conta única), conforme demonstra a Tabela 26, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, no 1º trimestre, foi negativa em -R\$ 3.309.907,30 (8.329.227,76 – 11.639.135,06), que coincide com o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

A coluna da análise horizontal, da Tabela 26, demonstra que houve um aumento de 246,88% da geração líquida de caixa e equivalente de caixa realizados no 1º trimestre de 2022 em relação ao 1º trimestre de 2021, ou seja, os volumes de recebimentos e de transferências financeiras recebidas foram maiores no 1º trimestre de 2022.

O demonstrativo apresenta saldo no fluxo de caixa nas atividades de investimento somente em relação aos desembolsos. No final do 1º trimestre de 2022 foi desembolsado R\$ 1.561.411,34, que estão relacionados a despesas de capital, como execução de obras, aquisição de máquinas, equipamentos, instalações e material permanente.

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de financiamento, que envolvem empréstimos e amortizações, financiamentos e integralização de capital social, não houve qualquer movimentação de caixa no IFRR, tanto no 1º trimestre de 2022 quanto em 2021.

5.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO MARÇO/2022

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	-	-	-	-	-	112.916.035,71	-	-	112.916.035,71
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	61.601,78	-	-	61.601,78
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.561.355,09	-	-	2.561.355,09
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	-	-	-	-	-	115.538.992,58	-	-	115.538.992,58

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	115.538.992,58	-	-	115.538.992,58
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-203.748,91	-	-	-203.748,91
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	469.565,77	-	-	469.565,77
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	-	-	-	-	-	115.804.809,44	-	-	115.804.809,44

5.6.1 Notas Explicativas sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Tabela 27 é apresentado o resumo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Tabela 27 – Resumo da DMPL

Especificação	Resultados Acumulados	AH (%)
Saldo Inicial do Exercício 2021	112.916.035,71	
Saldo Final do Exercício 2021	115.538.992,58	2,32
Saldo Inicial do Exercício 2022	115.538.992,58	
Saldo Final do Exercício 2022	115.804.809,44	0,23

Fonte: SIAFI Web, DMPL 2021 e 2020

Em análise aos resultados acumulados do período março/2022 pode-se perceber que o saldo final em relação ao saldo inicial sofreu uma variação positiva de 0,23%. Em relação ao exercício 2021, essa variação se deu negativa em 2,32%.